

## BALANÇO MENSAL

Sem aumentar impostos e cortar gastos, governo não terá como se financiar quando as privatizações acabarem

# “O choque fiscal é uma necessidade”

“Precisamos começar a pensar seriamente no pós-eleição, e mais do que isso, no pós-privatização. Destacaria três pontos. Primeiro: este ano, nós temos uma espécie de combinação entre o clima que naturalmente acompanha uma eleição e as necessidades da economia. Segundo, o Brasil não incorporou ao seu cotidiano a noção de que há uma prescrição de saúde fiscal que tem que ser obedecida. O terceiro ponto é que as privatizações, pelo seu volume, e após a crise asiática, se converteram numa verdadeira âncora do Plano Real. E elas vão acabar até 1999.

Em relação ao primeiro ponto, no clima das eleições, é natural que se acene com perspectiva de melhoras. As pessoas votam nos seus candidatos acreditando que a situação vai mudar. O problema é que, 10 entre 10 economistas sabem que, depois das eleições, nós teremos que ter um ajuste fiscal, que representará uma piora da situação para parte da sociedade. Durante um bom tempo, até o ano 2.000, temos que ter aumento de impostos e/ou redução de gastos, ou teremos problema sério de financiamento.

O resto do mundo encararia com grande desconfiança a possibilidade de que se repetissem por mais quatro anos os números bastante medíocres que temos apresentado em termos fiscais nesses anos recentes.

O problema é que é preciso, por mais difícil que seja politicamente começar a preparar o espírito do eleitor para a possibilidade de que, de 1999 ao ano 2.000, será ainda um período de sacrifícios, e que, mesmo que o PIB até cresça mais do que este ano, provavelmente terá aumento de alguns impostos. O pacote de novembro é insuficiente para a necessidade de ajuste que temos à frente.

O segundo ponto é uma velha questão que diz respeito ao relacionamento entre economistas e políticos, a questão do quê se adapta a quê. Há duas formas de encarar a situação fis-

Economia Brasil



Fabio Giambiagi

cal. Admitir que o déficit tem que se acomodar à demanda da sociedade. Outra é que a demanda da sociedade tem que se enquadrar dentro da restrição de saúde fiscal.

Quando se analisa o que aconteceu com as despesas ao longo dos últimos três anos, vemos que tem acontecido uma certa inversão em relação ao início da década. O gasto com o funcionalismo vinha aumentando, desde o governo Collor, desde 1991 e em 1994, 1995 cresceu substancialmente. Quando olhamos para os resultados fiscais daquele período vemos uma queda do que no jargão técnico chama-se de OCC, que são as outras despesas de custeio e de capital. Aí estão todas as demandas setoriais, de todos os ministérios, todos os convênios que procuram tirar mais recursos do Tesouro.

O que aconteceu? Apesar da in-

flação alta, o salário real do funcionalismo estava aumentando, e os governos na época arrochavam as despesas de OCC. O que tem acontecido nos últimos três anos é o oposto. O funcionalismo está com o salário congelado desde janeiro de 1995 e a folha só aumenta pelo chamado crescimento vegetativo. Mas, como percentagem do PIB, há queda da participação do gasto com os funcionários públicos e inativos, em relação ao PIB, e um aumento enorme da despesa de OCC. Essa despesa, tomando como base 1994, aumentou, em 1995 e 1996, mais de 40% em termos reais. Isso significa atendimento a demandas sociais. Aumentaram os recursos destinados pelo governo nessa rubrica para a saúde, educação e reforma agrária.

Também cresceram os gastos da Previdência, associados a incremen-

tos reais do salário mínimo. A despesa com benefícios previdenciários do INSS, entre 1994 e 1998, teve um aumento da ordem de cerca de 0,7% do PIB. Mas nesses três anos o estoque de beneficiários aumentou a uma taxa apenas modestamente superior à do crescimento do PIB. O que está impactando as contas da Previdência, nos últimos anos, é o aumento real do salário mínimo, reivindicação legítima da população. Mas, para ser atendida, tem que ser acompanhada por corte nos outros gastos ou por aumento de imposto.

Não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Ou continua acontecendo o que tem acontecido até agora: as demandas se acomodam sem fonte de receita, gerando déficit, uma estratégia irreal a longo prazo.

O déficit em termos operacionais existia antes e as tensões fiscais se

acomodavam” via imposto inflacionário. Quando essa fonte secou, em 1995 e 1996 nós tivemos um aumento substancial da dívida líquida do setor público, que passa em média de 24% do PIB para 31% do PIB, se se trabalhar apenas com o conceito de componente de dívida. Em 1997, essa dívida deixou de crescer. Ficou estável em 31% do PIB. Por quê? Porque houve um fluxo enorme de privatizações. Este ano provavelmente vai acontecer a mesma coisa. Mas imposto inflacionário ninguém deseja e a privatização se esgota no tempo. Se desaparecem essas duas fontes, sobra o aumento da dívida.

Quando os credores do governo virem que essa proporção, dívida sobre PIB, está crescendo de forma sistemática, passarão a exigir uma taxa de juros maior. Até o momento em que eles não mais emprestarão para o

governo. O aumento de dívida líquida tem que ser evitado a qualquer custo e a única forma é estabelecendo metas nítidas de ajuste fiscal a serem implantadas pelo próximo governo.

O terceiro ponto é a idéia de que as privatizações se converteram na âncora do Plano. Um analista do quadro fiscal leva em consideração duas coisas: não só as reservas de US\$ 70 bilhões mas também a perspectiva de realização de receitas extraordinárias a curto prazo. Como se tem pela frente privatizações que em dois anos podem atingir algo como R\$ 50 bilhões, é natural que o governo consiga passar por este período, ainda que tenha déficits elevados.

A pergunta é: e depois? As privatizações cumprem uma dupla função: minimizam a necessidade de ir ao mercado lá fora e podem até causar uma redução da dívida pública. Há dois indicadores que os analistas olham com cuidado: o déficit em conta corrente e a relação PIB versus déficit público. Não há grandes problemas em relação a esses indicadores em 1988 e 1989. Mas, com o fim das privatizações, com esse déficit o Brasil terá que ampliar muito a demanda por recursos no mercado, e a relação PIB versus déficit voltaria a crescer. A situação fiscal é a que realmente inspira cuidados.

Partindo do pressuposto de que o presidente seja reeleito, ele fez a sua trajetória política recente com a idéia do gradualismo, que tem caracterizado o Plano Real, desde o seu lançamento. A idéia é de que não haveria choques. O pacote fiscal de novembro foi uma exceção em função de uma crise, portanto uma situação específica. Mas parece preocupante pensar na possibilidade de que ele seja reempossado em 1º de janeiro sem anúncios de um ajuste fiscal: em um momento já perto da data final das privatizações e quando todo mundo está contando com esse ajuste. As pessoas poderão começar a ficar um pouco nervosas com o que virá depois.

Então, diria que, assim como em 1994, 1995, 1996, o país precisava do gradualismo, agora a situação é diferente. Nós precisamos de um choque, um choque fiscal que sinalize medidas claras, categóricas e inequívocas.”

Carlo Wrede - 19/3/96